

PETROPOLITANAS

REDAÇÃO

Reprodução/TV Câmara



Documento foi aprovado em primeira discussão

‘Copia e Cola’: Prefeitura envia LOA sem alterações

Após a suspensão da tramitação da Lei Orçamentária Anual (LOA), a Prefeitura de Petrópolis devolveu o documento para a Câmara Municipal sem nenhuma alteração. Os vereadores haviam solicitado a paralisação do trâmite, para a correção de inconsistências, dentre elas, o orçamento destinado à merenda escolar do próximo ano. Como mostrado em primeira mão pelo jornal Correio Petropolitano, o prefeito

Rubens Bomtempo destinou apenas R\$ 10 milhões para a merenda, um valor irrisório comparado ao necessário, que segundo o Conselho de Alimentação Escolar (CAE) é de no mínimo R\$ 40 milhões. Sem nenhuma outra alternativa, os vereadores se mostraram insatisfeitos com a LOA apresentada, mas aprovaram em primeira discussão o documento. As correções necessárias serão discutidas em segunda votação.

Insatisfação dos vereadores

A vereadora Júlia Casamasso (Psol) demonstrou insatisfação com a medida tomada pela Prefeitura. “Paralisamos a tramitação da LOA para que o Executivo fizesse as correções necessárias. Documento esse, que é importantíssimo e

imprescindível para não vivermos esse caos que estamos hoje na cidade - com a ausência da coleta de lixo, ausência de transporte escolar das crianças, ausência de merenda escolar e ausência de transporte PCD. A LOA voltou do mesmo jeito”

Em caso de rejeição da LOA?

Outro problema apresentado pela vereadora, é que não é possível rejeitar o documento. Caso seja feito, o próximo prefeito terá que utilizar a LOA do ano de 2024. “A diferença entre as LOAs é de mais de R\$ 300 milhões. A LOA deste ano gira em torno de R\$ 1,8 bilhão, enquanto a

que eu acabei de ler, para 2025, chega em torno de R\$ 1,5 bilhão. Precisamos ter uma LOA que possa ser votada. Precisamos nos ‘debruçar’ sobre ela, para que no ano de 2025 a gente não viva o caos financeiro que estamos vivendo agora no final de 2024”, completou Júlia.

Marcelo Casagrande / Agência RBS



Black Friday pode chegar a 89,3 mil tentativas de golpe

Fraudes e golpe do pix na Black Friday

Com a aproximação da Black Friday, consumidores se preparam para aproveitar ofertas tentadoras, mas especialistas alertam para casos maiores de fraudes. Segundo o ‘Indicador de Tentativas de Fraude’, documento produzido mensalmente pela ‘Serasa Experian’, entre janeiro e julho de 2023, o Brasil ultrapassou a marca de 5,6 milhões de investi-

das fraudulentas. A organização acredita que o volume de fraudes para a Black Friday 2024 chegue a 89,3 mil tentativas de golpe. A advogada especialista em Direito do Consumidor, Amanda Guedes Ferreira, aponta que entre os golpes mais comuns está o famoso “golpe do pix”, em que criminosos atraem compradores com ofertas enganosas.

“Cidade Esquecida” inspira reflexão social

Na última segunda-feira (25), o filme ‘Cidade Esquecida: um documentário sobre os moradores em situação de rua de Petrópolis’ estreou em uma sessão exclusiva para convidados no Cine Humberto Mauro, no Centro de Cultura Raul de Leoni. O evento foi marcado por momentos de reflexão,

especialmente durante o bate-papo com o Pastor Carlos, que vive em situação de rua na cidade, há quatro anos. A obra revela a complexidade das escolhas e circunstâncias que levam à vida nas ruas. Após a estreia, o filme seguirá para novas exibições em escolas, universidades e mostras audiovisuais.



Rodovia é a principal ligação entre os estados do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro) e Minas Gerais (Juiz de Fora)

TCU aprova projeto de licitação da BR-040/495

Documento prevê uma concessão de 30 anos, com investimentos de R\$ 4,9 bilhões

Por Gabriel Rattes

Nesta quarta-feira (27), o Tribunal de Contas da União (TCU) aprovou o processo de desestatização da rodovia BR-040/495, que liga os estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro. De acordo com o ministro Walton Alencar Rodrigues, as exigências da normativa 81 de 2018 foram atendidas, mas algumas pequenas correções ainda precisam ser feitas. O ministro também ressaltou que o contrato com a atual concessionária da rodovia, a empresa Concer, já está “exaurido há muito tempo” e que a administração atual tem sido precária. A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) informou ao Correio Petropolitano que, após a aprovação do TCU, fará os ajustes necessários para o lançamento do edital de licitação. No entanto, a publicação do edital depende de uma análise final do Tribunal.

A minuta do plano de concessão da BR-040 já foi aprovada pelo Ministério dos Transportes em junho de 2024. O projeto prevê uma concessão de 30 anos, com investimentos de R\$ 4,9 bilhões. O trecho a ser licitado tem 218,8 quilômetros e incluirá também a administração da BR-495, que liga as cidades de Petrópolis e Tereópólis. A concessão é esperada para gerar cerca de 72 mil empregos diretos e indiretos. Enquanto o processo licitatório não for finalizado, a Concer

continuará responsável pela operação do trecho.

O deputado federal Hugo Leal (PSD-RJ) esteve presente no julgamento do TCU. Ao Correio Petropolitano, afirmou que é um momento muito aguardado por todos, não só os moradores da Região Serrana, Petrópolis, Areal, Três Rios, mas de toda população do estado do Rio de Janeiro. “Vencendo essa etapa, agora vamos contar com o compromisso da ANTT e do ministro dos Transportes Renan Filho, em colocar esse edital a partir do primeiro trimestre de 2025. Esse processo assegura que no ano que vem teremos uma licitação e uma nova concessão, que vai trazer mais obras, mais segurança e um alento para a população, o que não foi possível nesses últimos 15 anos que nós estamos esperando a obra da nova subida da serra, assim como outras obras de melhoria que nunca vieram”, disse.

Hugo ainda acredita que essa nova etapa virá não só com a nova concessionária, mas principalmente com novos investimentos. “A etapa do TCU está vencida, agora vamos à etapa no Poder Executivo, na ANTT e no Ministério dos Transportes. Tivemos uma grande vitória hoje para o estado do Rio de Janeiro, especialmente para quem mora na Região Serrana, nas cidades que margeiam a rodovia BR-040. Temos muito pela frente, mas com certeza 2025 será um ano de boas notícias”, completou.

ANTT

Procurada pela equipe do Correio, a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) informou que os documentos referentes ao projeto de concessão BR-040/495/MG/RJ (JF-Rio), embora já deliberados na sessão do Tribunal de Contas da União (TCU) desta quarta-feira (27), ainda não tiveram o acórdão publicado e enviado à eles. “Somente após o recebimento dos pareceres da Corte de Contas, a ANTT dará continuidade à análise do acórdão e realizará os ajustes necessários para o lançamento do edital, com publicação prevista, inicialmente, para o primeiro trimestre de 2025”, diz um trecho da nota enviada.

Informou também que, neste momento, não é possível fornecer mais detalhes e que os cronogramas disponíveis nas páginas oficiais do projeto no site da ANTT serão atualizados conforme o andamento do processo.

O que diz a Concer?

Procurada, a Concer - atual concessionária do trecho - afirmou que “O relator do TCU simplesmente ignorou em sua manifestação o desequilíbrio contratual já periciado pela justiça federal que soma mais de R\$ 2 bilhões em favor da Concer, em especial pelo descumprimento contratual por parte da União com a recomposição do que foi investido pela concessionária nas obras da Nova Subida da Serra. Ao insistir em

responsabilizar a companhia - e não o real causador dos problemas enfrentados pela concessão desde 2014 - o voto em questão sustenta uma narrativa que as próprias perícias judiciais já trataram tecnicamente de desmentir”, disse.

Ainda criticou a avaliação do relator Walton Alencar Rodrigues quanto à tarifa de pedágio, afirmando que a tarifa cobrada pela Concer (por 100km) é, em média, 11% abaixo do valor praticado pelas demais concessionárias. “Cabe ainda acrescentar que o edital de relicitação da BR-040 prevê tarifa 37,8% acima da atual, cobrança do novo valor de pedágio por 3 anos sem que a Nova Subida da Serra seja reiniciada e conclusão da NSS somente em 2031. A versão final do edital traz a inclusão da construção de uma terceira faixa em área de preservação permanente, o que pode trazer obstáculos ao futuro licenciamento ambiental da NSS, além de mudanças estruturais no túnel que integra a nova pista”, completou.

“A proposta da Concer apresentada no âmbito da portaria 848, do Ministério dos Transportes, prevê conclusão da NSS em 33 meses, quase três anos antes do edital, além de tarifa inicial de R\$ 14,50 - contra os R\$ 20 previstos no edital. A Concer possui projeto executivo da NSS certificado e licenças ambientais vigentes, o que facilita a retomada imediata e conclusão em menos tempo da nova pista”, finalizou a empresa.

Alunos com TEA poderão ter lugares determinados nas salas de aula

A Câmara Municipal aprovou, em sessão ordinária realizada na quarta-feira (27), um Projeto de Lei da vereadora Gilda Beatriz que garante aos alunos com transtornos do espectro do autismo - TEA -, assentos em locais determinados nas unidades escolares públicas e privadas de Petrópolis. Será preciso para isso a apresentação, por parte dos pais ou responsáveis, de laudo médico que comprove o TEA, emitido por médico especialista em neurologia ou psiquiatria. O projeto segue agora para a sanção do Executivo.

“A ideia é garantir a estes alunos mais conforto, tendo em vista que possuem grandes dificuldades de adaptação e mi-

tas vezes se negam a sentar-se em outro local na sala de aula”. É extremamente importante esse atendimento educacional especializado aos estudantes com TEA. Precisamos garantir a inclusão dessas crianças no ambiente escolar”, destacou a vereadora.

O TEA é caracterizado por distúrbios do neurodesenvolvimento que se manifestam por deficiente interação e comunicação social, padrões estereotipados e repetitivos de comportamento e desenvolvimento intelectual irregular, frequentemente com retardo mental. O transtorno afeta o comportamento e os primeiros sinais podem ser notados em bebês de poucos meses.

CMP aprova leitores biométricos nas escolas municipais

A Câmara Municipal de Petrópolis aprovou, em sessão ordinária realizada nesta terça-feira (26), uma Indicação Legislativa de autoria do vereador Junior Paixão que sugere ao Executivo Municipal um Projeto de Lei para a instalação de leitores biométricos de controle digital de acesso, nas unidades educacionais da rede municipal. A ideia é inibir o acesso de pessoas não autorizadas nestes locais e garantir maior segurança na entrada e saída dos alunos.

Os leitores deverão ainda possuir um software de gerenciamento de acesso onde pais e responsáveis poderão acompanhar, através de apa-

relhos celulares, a entrada e saída dos estudantes. A Indicação segue agora para análise no Executivo.

“Podemos usar a tecnologia a favor da segurança dos nossos estudantes e das equipes que trabalham nas escolas e creches do nosso município. A implantação do sistema digital tem inúmeros benefícios como contribuir para diminuir os atrasos e a evasão escolar e auxiliar e controlar o acesso às dependências das unidades. Além disso, com este equipamento os responsáveis poderão acompanhar via notificação no celular a entrada em tempo real e a frequência dos alunos”, ressaltou o vereador.